

FUNCIONAL		PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S	E	N	G	P	R	O	M	U	I	T	F	VALOR
		2080	Educação de qualidade para todos													900.000
			Atividades													
12 364		2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior													900.000
12 364		2080 4002 0032	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	F		3		2		90		0		250		900.000
TOTAL - FISCAL															900.000	
TOTAL - SEGURIDADE															0	
TOTAL - GERAL															900.000	

FUNCIONAL		PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S	E	N	G	P	R	O	M	U	I	T	F	VALOR
		2080	Educação de qualidade para todos													27.972.880
			Atividades													
12 364		2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior													27.972.880
12 364		2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	F		3		2		90		0		250		27.972.880
TOTAL - FISCAL															27.972.880	
TOTAL - SEGURIDADE															0	
TOTAL - GERAL															27.972.880	

PORTARIA Nº 46, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no inciso VII do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e considerando que o aprimoramento do processo orçamentário impõe a constante revisão das classificações orçamentárias das receitas da União, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo da Portaria SOF nº 45, de 26 de agosto de 2015, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.3.5.0.04.0.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida
1.3.5.0.04.1.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida
1.9.1.0.13.0.0	Multas Previstas na Legislação Anticorrupção
1.9.1.0.13.1.0	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização
1.9.1.0.13.2.0	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência
1.9.3.0.05.0.0	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos
1.9.3.0.05.1.0	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 13, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29/06/2010, publicada no D.O.U. em 30/06/2010, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29/07/1999 e no art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 54, de 22/02/2016, publicada no D.O.U. em 23/02/2016, em consonância com a Portaria MP nº 152, de 05/05/2016, publicada no D.O.U. em 06/05/2016, e considerando o disposto no art. 79, § 3º, do Decreto-Lei nº 9.760, de 05/09/1946; no art. 11, § 2º, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001; no art. 18, inciso II, da lei nº 9.636, de 15/05/1998; no art. 2º, inciso I, alínea "a", da Portaria MP nº 144, de 09/07/2001, publicada no D.O.U. em 10/07/2001; e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04962.115343/2010-31, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de Uso Gratuito, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão, do imóvel de propriedade da União caracterizado como Lote 04, desmembrado da área "A" do antigo aeroporto, localizado à Rua Projetada 1, s/n, no Bairro Vila Mocó, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, registrado no 1º Ofício de Notas, Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas de Petrolina, sob a matrícula nº 63.001, de 18/02/2013.

Art. 2º - O imóvel descrito no Art. 1º se destina à implantação de uma unidade educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão, abrangendo serviços de educação à distância e inovação e transferência tecnológica.

Parágrafo único - A cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 3º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem ter direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA ARAÚJO VILLA NOVA PACHECO

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 678, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MTE nº 234, de 17 de fevereiro de 2014, e considerando o Certificado de Avaliação de Conformidade nº ICBR 17008-17.01, emitido pelo ICBR - Instituto de Certificações Brasileiro S/A, resolve:

GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES

Art.1º Registrar o Equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), objeto do processo nº 46017.006618/2017-51, marca DIMEP, fabricados por Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto de Acesso Ltda, CNPJ 61.099.008/001-41, cadastro de fabricante de REP no Ministério do Trabalho nº 00003 conforme Anexo I a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

ANEXO I Modelos de Registradores Eletrônicos de Ponto

Número de Registro MTE	Modelo
481	SMART A
482	SMART B
483	SMART C
484	SMART D
485	SMART E
486	SMART F
487	SMART G
488	SMART H

PORTARIA Nº 679, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MTE nº 234, de 17 de fevereiro de 2014, e considerando o Certificado de Avaliação de Conformidade nº NCC 17.04873, emitido pelo NCC Certificações do Brasil Ltda, resolve: